

# A SUSTENTABILIDADE EM FUNÇÃO DO USO NÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS NO OESTE BAIANO E EAGLE FORD TEXANO

*sustainability for non-sustainable use of natural resources in western Bahia and the Eagle Ford Shale of Texas*

Christian Brannstrom \*

---

---

---

## Resumo

O artigo desenvolve estudo comparativo entre duas regiões, o Oeste Baiano e o Eagle Ford Shale Texano, estabelecendo análise dos discursos publicados e complementada com pesquisa de campo. A primeira região, de agricultura intensiva, é comparada com a região de produção não convencional de petróleo e gás natural. O trabalho foca a análise na maneira das elites usarem a sustentabilidade na governança ambiental e no sentido de justificar o uso não sustentável de recursos naturais na agricultura e nos hidrocarbonos. O trabalho destaca como o espetáculo funciona para criar o “prestígio regional” (CHASE, 2003) e como aspectos sociais da sustentabilidade ajudam a consolidar a ânsia de usufruto dos recursos naturais. Em ambos os casos, as elites não reproduzem os discursos vigentes em escala nacional, investem em sua tradução em forma regional, ou canalizam os assuntos e limites regionais em novas soluções discursivas para manter a exploração dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Agricultura; Petróleo; Elites; Discursos; Sustentabilidade

## Abstract

The paper compares two regions on the basis of the discourses published in well disseminated publications, complemented with field work. Western Bahia, a region of intensive agriculture, is compared to the Eagle Ford Shale, a region of unconventional oil and gas production. I focus on how elites use sustainability in environmental governance to justify continued resource extraction in agriculture and hydrocarbons. I emphasize how spectacles function to enhance “regional prestige” (CHASE, 2003) and how social aspects of sustainability help consolidate the resource-extraction ambitions of elites. In both cases, regional elites do not reproduce verbatim national discourses; rather, elites invest in either translating national discourses into regional form, or channeling regional concerns and constraints into new discursive solutions to keep resource extraction possible.

**Key words:** Agriculture; Petroleum; Elites; Discourses; Sustainability.

## Resumen

El artículo compara dos regiones con base en los discursos publicados en publicaciones bien diseminadas, complementada con investigación de campo. La región Oeste de Bahia, con agricultura intensiva, compárase con el Eagle Ford Shale, región de producción no convencional de petróleo e gas natural. El trabajo focalízase en como las elites usan la sustentabilidad en la gobernanza ambiental para justificar el uso de los recursos naturales en la agricultura e los hidrocarbonos. Enfatizo como el espectáculo sirve para augmenter el “prestígio regional” (CHASE, 2003) e como los aspectos sociales de la sustentabilidad ayudan a consolidar las ambiciones de explotación de los recursos naturales. En los dos casos las elites regionales no reproducen verbatim los discursos nacionales, pero sí las elites invierten en traducir los discursos en formato regional o canalizar las preocupaciones regionales e los parametros regionales en nuevas soluciones discursivos para mantener la explotación de los recursos naturales.

**Palabras claves:** Agricultura; Petróleo; Elites; Discursos; Sustentabilidad.

---

(\*) Prof. Dr. da Texas A&M University, no Departamento de Geografia, MS 3147, 810 O&M Building, College Station, Texas, EUA, 77845, tel +1 979 845 5923, cbrannst@geos.tamu.edu

## INTRODUÇÃO

Não é comum realizar estudos comparativos, de natureza geográfica, entre uma região brasileira e estadunidense. Não obstante, o olhar geográfico comparativo pode auxiliar no esclarecimento de alguns processos em andamento em regiões com crescimento econômico e territorial muito rápido. Comparar os casos do Oeste Baiano no Brasil e o Eagle Ford Texano nos EUA possibilita evidenciar como estas regiões se destacam na exploração não sustentável dos recursos naturais. As elites locais e regionais gerenciam os recursos, garantindo o crescimento econômico e o lucro aos investimentos. Esta comparação é útil para entender como as elites locais e regionais usam os discursos e as imagens para direcionar o desenvolvimento local.

Evidentemente, as duas regiões são muito diferentes, desafiando qualquer comparação. O Oeste Baiano é uma região de forte crescimento a partir de 1980, quando deu início à agricultura intensiva (quanto à energia e a tecnologia) e extensiva (a ocupar grandes áreas e com projeção global no comércio), explorando inicialmente a soja, posteriormente o café e as frutas sob irrigação e, recentemente, o algodão. O Eagle Ford foi uma região marginalizada até anos atrás, se constituindo agora em um centro de extração de gás natural e petróleo do xisto não convencional e a partir da fratura hidráulica, “fracking”.

Por meio de uma geografia comparativa, em escala internacional, espero mostrar as posturas semelhantes e divergentes das elites tanto quanto ao uso da sustentabilidade como discurso presente no contexto de desenvolvimento local ou regional, como ao uso do recurso como espetáculo e do social como metáfora da sustentabilidade. A comparação mostra como é importante entender os processos de desenvolvimento a partir das ações das elites que produzem discursos, sem desconsiderar que outros atores sociais também influenciam nos processos de desenvolvimento.

## MARCO CONCEITUAL

Duas ideias-chaves, a de governança ambiental e a de noção do “prestígio regional,” norteiam esta comparação.

Governança ambiental é “a reflexão e a projeção do poder econômico e político através de decisões sobre o desenho, a manipulação e o controle de processos sócio-naturais” (BRIDGE e PERREAULT, 2009, p. 492). Na governança ambiental, os tipos “híbrido” e “soft governance” envolvem os atores do estado, do mercado (empresas ou organizações representativas dos setores produtivos) e a sociedade (através das organizações não-governamentais), tentando ultrapassar as dificuldades que um único ator enfrenta para resolver as complexidades dos problemas ambientais (LEMOS e AGRAWAL, 2009, p. 69; BRANNSTROM et al., 2012, p. 357). A governança ambiental acontece em ambas as regiões, porém as interações entre o estado, as empresas e a sociedade civil são diferentes.

“Prestígio regional” (CHASE, 2003, p. 38, 42) é o objetivo da promoção feita por organizações desejosas em serem conhecidas pela valorização e crescimento de localidades ou regiões outrora isoladas e pobres. Estas organizações usam a “sustentabilidade” e o “crescimento econômico” para atingir objetivos como manter o seu controle sobre os recursos naturais e seu status como criadores e gestores do “prestígio regional.” Este processo começa com o argumento de que um grupo de pessoas valorizou uma região do nada, transformou um recurso abandonado em lucro, e fomentou o progresso e a civilização, contribuindo para o bem-estar nacional e mundial. As elites que participam neste discurso produzem argumentos variados que afirmam certos princípios sobre os recursos naturais e as relações socio-econômicas e tecnológicas. Os argumentos que produzem sustentam o seu papel como criadores de “prestígio regional” (o desenvolvimento econômico local ou regional) e tem expressão em vários meios, como eventos e publicações.

Este artigo compara as estratégias que os grupos de elites, no cerne da governança ambiental, usam para estabelecer o seu papel no “prestígio regional” a partir da exploração dos recursos naturais.



## AS DUAS REGIÕES: DO NADA, A RIQUEZA

O Oeste Baiano e o Eagle Ford texano tem algo em comum. Em um passado recente, ambas as regiões eram consideradas terras quase sem valor, sem nenhum recurso econômico que pudesse se converter em mercadoria.

O Oeste Baiano era conhecido como o Além São Francisco, terras que nenhuma província ou estado brasileiro queria (BRANDÃO, 2009, 2010). Como muitas áreas do Cerrado, o Oeste Baiano possuía terras consideradas inaptas para a agricultura. Demorou até 1980 para iniciar-se as grandes derrubadas no Chapadão, a área plana com boas chuvas no extremo oeste, e a chegada de imigrantes e as suas empresas de colonização, a se aproveitarem do baixo valor da terra em comparação ao sul do País (Fig. 1).

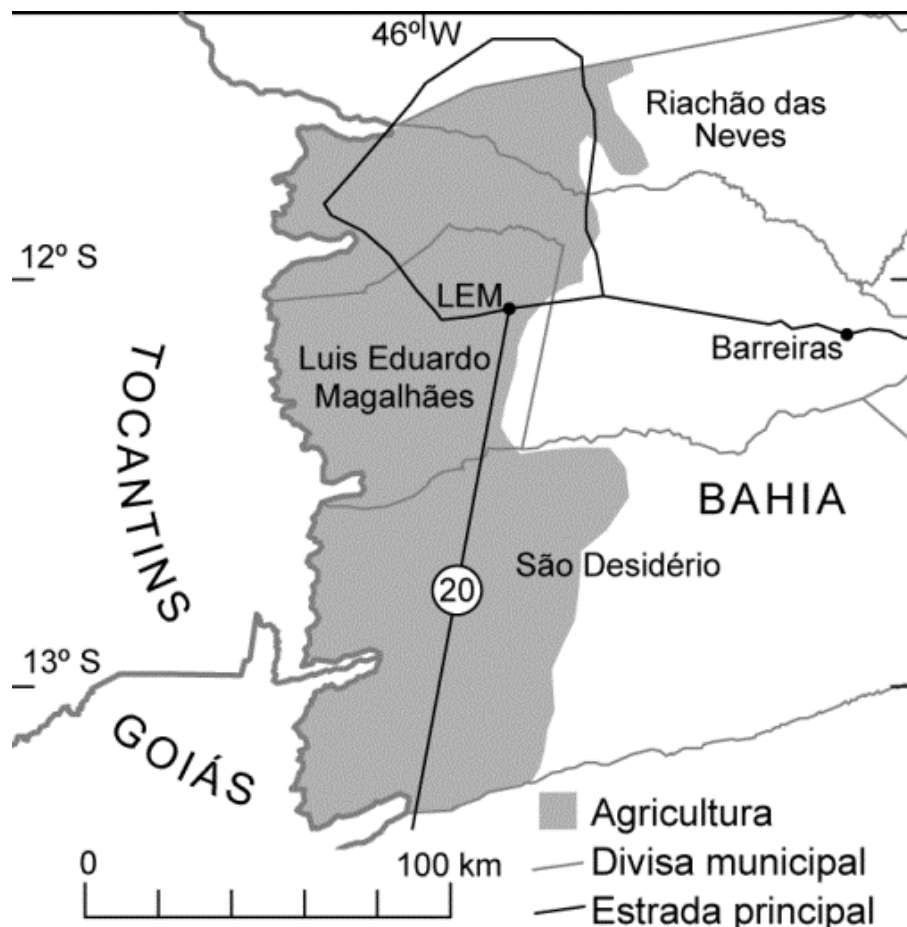


Figura 1 - O oeste baiano, indicando as áreas de concentração agrícola.

A partir de meados da década de 90 o Oeste Baiano começa aparecer nos meios de comunicação, como o programa Globo Rural, com certo destaque e inscrito em uma noção brasileira de expansão territorial: uma nova fronteira agrícola, produzindo lucro e oportunidade para o País. Esta região motivou o livro de Rogério Haesbaert (1997), *Des-Territorialização e Identidade*. Haesbaert descreve como fez a viagem até Barreiras em 1978, pela primeira vez, e depois em 1991: "...se sucedem enormes extensões completamente planas, cerrados totalmente desnudos, terras preparadas para plantio, perdendo-se de vista no horizonte" (p. 15). Relata ao leitor como o Oeste Baiano virou um dos pontos da "diáspora gaúcha" no Brasil, e como se construiu a rede regional gaúcha, pelas noções do "baiano", pela igreja luterana e pelo Centro de Tradição Gaúcha, entre outros.

A tecnologia, o trabalho, o capital e as organizações convertem as terras e as águas do Oeste em recursos cobiçados. Ajudou bastante que o poder jurídico permitisse a uns poucos se apoderarem de muita terra, virando as costas à expulsão de posseiros e geraizeiros com o uso da violência e a





deixar transparecer que as terras não pertenciam a ninguém. No Oeste Baiano cresceu uma cidade “gaúcha” e novo município, Luis Eduardo Magalhães, no qual a valorização imobiliária foi alta, a população cresceu, e a cadeia produtiva do agronegócio se localiza, deslocando-se rapidamente de Barreiras a partir de 2005.

Do zero em 1980, o Oeste em 2014 tem 1,9 milhões de hectares de soja, algodão e milho, para um total de 2,25 milhões de hectares (AIBA 2014a, pp. 6-7). A análise de uma área menor mostra que entre 1986 e 2005, 40% da superfície permaneceu Cerrado, enquanto 47% foi desmatada (BRANNSTROM, 2009; BATISTELLA e VALLADARES, 2009; MENKE et al., 2009), seguindo o padrão do Cerrado brasileiro (SANO et al., 2010). Porém o solo, segundo um agrônomo da EM-BRAPA, serve apenas para sustentar a planta; todo o resto, menos a boa luminosidade e as chuvas, precisa ser importado, como o calcário (Figura 2 - BRANNSTROM, 2005).



Figura 2 - Calcário antes de ser aplicado nos campos agrícolas do oeste baiano.

Como Elias (2006) explicou, o Oeste baiano é um dos “novos arranjos territoriais” do agronegócio brasileiro, produzindo desigualdades durante o processo violento de acumulação de terra e pela dinâmica da agricultura “científica” em um contexto de dominação por empresas multinacionais. Afirma que os arranjos “são meras regiões do fazer e jamais regiões do reger” ou seja, com “possibilidade de executar, mas jamais de decidir os rumos do seu desenvolvimento” (ELIAS, 2006, p. 73).

As polêmicas ambientais não se distanciam da do desenvolvimento rápido. No Oeste Baiano, a transformação rápida do Cerrado num pólo agrícola, a atrair investimentos nacionais e internacionais, gerou fortes críticas relacionadas à alta taxa de desmatamento do Cerrado, ao uso de água para irrigação de certas culturas (especialmente o café e as frutas) e à concentração de terras e rendas nas mãos de uma minoria de agricultores (BRANNSTROM, 2011). Os órgãos ambientais, nos níveis federais, estaduais e municipais, procuram impor o modelo comando-controle, porém pela falta de capacidade técnica, de recursos humanos e de recursos financeiros, não exercem a função de “comandar” nem a função de “controlar” o uso dos recursos naturais, especialmente a extensão de lavouras altamente capitalizadas e intensivas do Oeste.

Esta contradição criou uma lacuna grande, que foi ocupado por um segundo tipo de ator chave: os agricultores organizados, representados principalmente pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA, uma organização não-governamental (ONG), e secundariamente pelos sindicatos rurais patronais da região Oeste. Ambos, mas principalmente a AIBA, exercem atividades variadas que tem tudo a ver com a governança ambiental. Anos atrás, em Salvador, numa entrevista confidencial, perguntei a um funcionário, com cargo de confiança no órgão ambiental, sobre o papel da AIBA na política ambiental. O mesmo respondeu que “a AIBA é a política”, como se isto explicasse o que eu precisava saber (BRANNSTROM, 2005). A governança regional do

Oeste mostra como os recursos são monopolizados por um grupo pequeno de agricultores, que por sua vez formaram uma aliança com os órgãos do estado e as empresas multinacionais.

Neste sentido, vou discordar de um dos argumentos dos “novos arranjos territoriais” (ELIAS, 2006), posto ser a AIBA um grupo que busca decidir um rumo de desenvolvimento. Não é apenas um braço das multinacionais, nem da Confederação Nacional da Agricultura - CNA. Ha muitas outras organizações no Brasil que exercem este papel de promoção do prestígio regional (CHASE, 2003) e manipulam o discurso da sustentabilidade para atingir as suas metas. Estudar grupos como a AIBA nos novos arranjos territoriais é uma maneira de entender os processos internos das organizações regionais e as suas relações com processos globais e nacionais.

A região do Eagle Ford, uma grande produtora de petróleo e gás natural é visível, à noite, pela queima de gases não comercializáveis. Em janeiro de 2014, o Eagle Ford produzia 1,6 milhões de barris de petróleo por dia (EIA 2015) (Fig. 3). A região Eagle Ford refere-se a formações de xisto que contêm hidrocarbonos e explorados pelas técnicas não-convencionais, a partir de perfurações horizontais e o uso de alta pressão, produtos químicos, líquidos (geralmente água) e areias para fraturar a pedra sedimentar e soltar os hidrocarbonos. Chamamos isto “hydraulic fracturing ou fracking”, mas às vezes a indústria usa a palavra “frac’ing”. Tal prática é responsável pelo aumento na produção de hidrocarbonos nos EUA, mas também é polêmica. Inicialmente, as preocupações focalizaram na possibilidade de contaminação da água subterrânea, mas atualmente a emissão de poluentes é mais comentada (MACEY et al., 2014). O estado de Nova York proibiu a prática em dezembro de 2014. A prática gera muita polêmica nos estados de Colorado e Pennsylvania. No Texas, o município de Denton proibiu a prática numa eleição em novembro de 2014 e a cidade de Dallas colocou fortes restrições no fracking (HEALY, 2015; ANDREWS e McCARTHY, 2014; DAVIS, 2014). Uma das polêmicas deve-se à política de localização dos poços em relação às residências e escolas. Aqui encontramos vários tipos de políticas municipais que procuram dialogar com o lobby da indústria, os donos do petróleo, e os eleitores habitantes na determinação da distância entre os poços e as residências (FRY, 2013; WELCH, 2013).

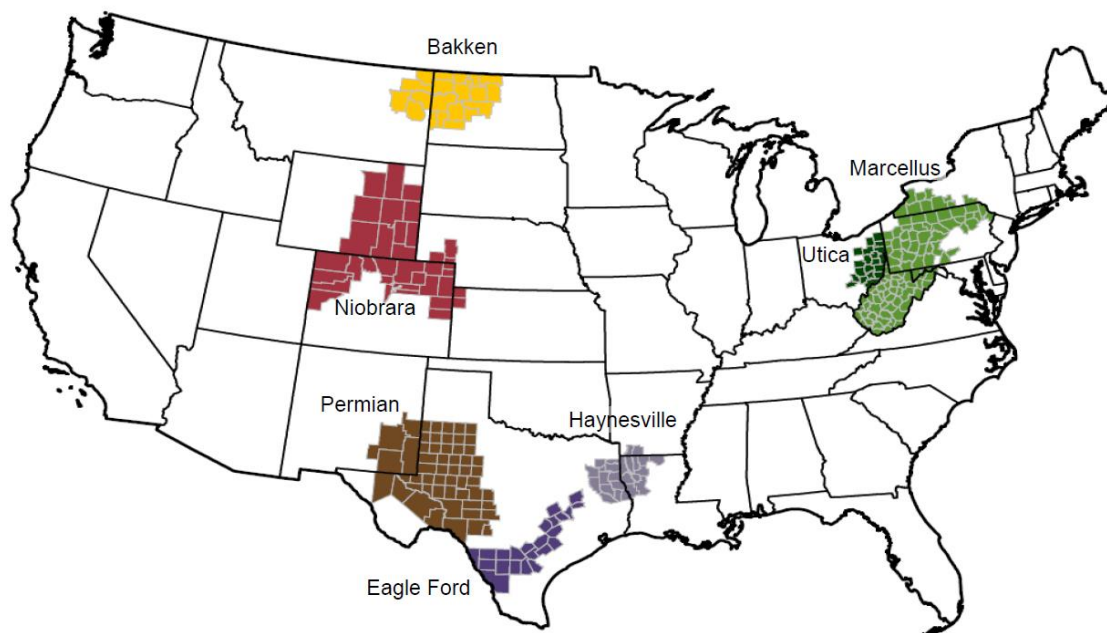


Figura 3 - O Eagle Ford texano, uma de várias regiões produtoras de petróleo e gas natural por meio do fraturamento hidráulico nos EUA.

O que faz este fenômeno curioso é que nos EUA, o estado diferencia a propriedade imobiliária em duas partes: a superfície e o sub-solo, que pode ser propriedade de pessoa física ou pessoa



jurídica. No Texas, o dono do sub-solo tem direitos que podem ultrapassar os direitos do dono da superfície, como subsídio à exploração dos recursos minerais. Se o estado impedir o acesso ao minério, o dono do sub-solo dispõe de argumentos legais para denunciar o estado, especialmente se os instrumentos forem arbitrários e sem razão. Nestes termos, os municípios devem se colocar em relação a vários interesses, dos donos de casas, localizados próximos das perfurações para hidrocarbonos, e dos donos do sub-solo, empresas a operarem a maquinária e disporem de outros interesses.

As cidades no Eagle Ford são pequenas, com pouca estrutura ou poder. Os centros urbanos são lugarejos a sofrerem uma crise residencial forte, nos quais até as redes de fast food texano (os “tacos”) necessitam construir conjuntos residenciais para sua mão de obra (Fig. 4). Ainda com a crise, as empresas chegam: empresas grandes, como ConocoPhillips, e empresas que prestam serviços ao setor. Os hotéis simples custam \$300 a diária, e o café da manhã é servido às 3 horas da manhã, para usufruto dos trabalhadores que iniciam as jornadas muito cedo. Uma cidade de 3000 habitantes tem 27 hotéis no entorno da boca de obras de fracking que dominam a paisagem. Antes, as cidades encolhiam; agora, quem manteve direitos sobre a propriedade subterrânea recebe um volume de royalties difícil de imaginar. Os bancos tem dificuldades porque os seus clientes, com royalties em abundância, estão quitando as suas dívidas (MALEWITZ, 2014).



Figura 4 - Alojamento no Eagle Ford com tema da energia.

O Eagle Ford, formação geológica, até recentemente também não era tida como um recurso, dado suplantado com a aplicação de tecnologia e capital (a base de muita dívida) num marco jurídico a permitir a divisão da terra em superfície e o subterrâneo, onde o seu dono, com os recursos minerais e hidrocarbonos, tem prioridade legal sobre o dono da superfície. Localizado em territórios políticos extremamente fracos — os counties, parecido em tamanho com municípios brasileiros porém juridicamente fracos — e num estado que tem poucos regulamentos ambientais, o Eagle Ford foi inundado por agentes das empresas de petróleo e gás, com o intuito de alugar tudo que pudessem da propriedade subterrânea. Dominando a tecnologia e apoiados por leis fiscais e políticas financeiras, que subsidiam investimentos pesados, com pouca presença do estado fora das leis em trânsito, o aumento da produção de petróleo e gás foi espantoso, do zero à 1,3 milhões de barris por dia, provenientes de quase 10 mil poços de perfuração. As indústrias estão criando uma rede de transporte por tubulação para vincular os hidrocarbonos às refinarias de Corpus Christi e Houston, sempre usando o discurso nacional: que fracking só traz benefícios, que é limpo e que baseia-se na ciência. Sem a tecnologia, sem o marco jurídico-legal, sem o capital, o xisto do Eagle

Ford permaneceria intocado, entre uns 2 mil e 4 mil metros abaixo de uma paisagem de gado e caça, visto como um obstáculo para quem quisesse atravessar o Texas de carro.

No Eagle Ford, o processo — o fracking — usado para extrair o petróleo e o gás atraindo, em geral, pouca crítica, até 2013 quando a ONG Earthworks lançou um relatório (WILSON, 2013), seguido por outras reportagens (WEATHER CHANNEL, 2014; SATIJA, 2014). Fora do Texas, a polêmica é grande, resultando na proibição de fracking em vários locais, e campanhas nacionais e locais de propaganda contra e a favor. As críticas têm como objetivo divulgar os impactos do fracking nas águas subterrâneas, a emissão de gases e poluentes daninos à saúde humana, e os perigos no transporte dos produtos químicos usados no fracking (Fig. 5). No Eagle Ford shale, as elites destoam dos discursos nacionais, trabalhando com a ideia de que o fracking só traz benefícios, é limpo e se baseia na ciência.



Figura 5 - Queima de gases na infraestrutura de hidrocarbonos no Eagle Ford.

Para desenvolver a presente análise comparativa, utilizarei material recortado de duas publicações disseminadas pela Internet, bem como de exemplares impressos. O Anuário que a AIBA produz e disponibiliza no seu site desde 2008, é publicado pela Editora Gazeta (“especializada em anuários de agronegócios”), em inglês e português, mostrando o sucesso do setor agrícola. É divulgado grátis na sede da AIBA e no Bahia Farm Show é oferecido a qualquer visitante com interesse em fazer inversões no Oeste.

A outra revista, divulgada gratuitamente em hotéis da Eagle Ford e pela Internet, e por assinatura paga, trabalha com os temas “incendiando a indústria, alimentando o comércio, educando a comunidade.” A Eagle Ford Shale Magazine começou em 2013, atendendo demanda das empresas que procuravam quem pudesse lançar propaganda aos trabalhadores e gerentes no Eagle Ford. Até o final de 2014 existem quatro revistas dedicadas ao Eagle Ford. Complemento este banco de dados com pesquisa de campo que realicei no Oeste e no Eagle Ford.

Os temas que vou desenvolver são (1) a maneira de usar a noção da sustentabilidade em ambos os casos, (2) a maneira de converter o recurso e o desenvolvimento em espetáculo, (3) a forma de representar o social como a sustentabilidade. Vou enfatizar a iconografia, no sentido dos geógrafos COSGROVE e DANIELS (1988), sobre a representação de recursos e pessoas.

## USANDO A “SUSTENTABILIDADE”

O primeiro argumento é o de que as elites usam a sustentabilidade para justificar o seu papel no desenvolvimento e no prestígio regional. Não é apenas uma reflexão do discurso nacional. É uma criação regional relacionada às demandas e estruturas locais. Por exemplo, no Oeste Baiano, as elites na AIBA encaixaram a sustentabilidade numa política, o Projeto Oeste Sustentável - POS, que visa adequar as propriedades às leis ambientais, especificamente as provisões sobre a Reserva





Legal - LR e da Área de Proteção Permanente -APP, dois pilares da legislação florestal brasileira (SPAROVEK et al., 2012). A AIBA argumentou que o POS representava “uma nova página na história de sucesso do agronegócio do Oeste Baiano, com atividade agrícola e meio ambiente andando juntos, lado a lado” (AIBA, 2009a, p. 44). A publicação em 2009 de uma Portaria, provavelmente elaborada com as lideranças da própria AIBA, para apoiar o POS foi uma das “vitórias mais recentes na cruzada pela regularização ambiental” (AIBA, 2009b).

Podemos apreciar como o POS é representado de formas variadas. No Anuário 2008/9, uma propaganda mostra como “é legal ser sustentável” com imagens de um rio, maquinária colhendo soja e uma trabalhadora colhendo algodão (AIBA, 2009, p. 4-5). O discurso afasta qualquer contradição entre o cumprimento das obrigações legais e a produção agrícola, resultando na “sustentabilidade.” A imagem abaixo (Fig. 6) foi obtida em 2008, logo depois de estabelecimento de parceria do POS com a ONG ambientalista The Nature Conservancy – TNC e a AIBA e voltada à adequação das propriedades do Oeste à LR e APP e à licença operacional, emitida pelo órgão estadual ambiental. Sediado na AIBA em 2009, o POS dependeu de funcionários da TNC para manipular o software usado para calcular, com base em imagens de satélite e dados cadastrais fornecidos pelos proprietários, as APP e RL de propriedades agrícolas. Os proprietários, por sua vez, firmavam um plano de adequação com o órgão estadual ambiental, comprometendo-se a recuperar as APP e RL, considerado o “passivo ambiental” na terminologia técnica. Com este processo afirmavam garantir a legalização dos proprietários que conseguissem realizar os compromissos firmados. Porém, a adesão inicial dos agricultores ao POS foi baixa, posto acreditarem que o fato de declarar-se os exporia à fiscalização e às multas dos órgãos estaduais e federais. Para o final de 2009, o POS quase findou pela falta de verba e de legislação estadual para encaixar a documentação gerada em um marco legal enxuto e estável. Porém, a iniciativa para a legalização permanece com outra nomenclatura e após a legislação florestal federal mudar em 2012.



Figura 6 - Camionete na sede da AIBA com a logomarca do Projeto Oeste Sustentável – POS.

Em 2010, o POS transformou-se no plano estadual de regularização ambiental dos imóveis rurais. A AIBA relatou no Anuário 2009/10 que o POS “revolucionou a atividade agrícola” já que a incapacidade do estado baiano de “regularizar o passivo ambiental...estava colocando em risco a economia regional e baiana” (AIBA, 2010, p. 48-49) No Anuário 2010/11 o plano estadual é “uma relação equilibrada entre as necessidades do homem e do meio ambiente,” com os dois espaços,



lavoura e a copa de árvores, bem definidos e separados visualmente numa propaganda (AIBA, 2011, p. 57). Em 2014, a AIBA relata que criou, na sede de Barreiras, um Centro de Apoio à Regularização Ambiental voltado à orientação de adesão de seus membros ao Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais no estado, que por sua vez recebeu, em junho de 2014, financiamento do BNDES de R\$31 milhões (AIBA, 2014a, p. 62; AIBA, 2014b).

A AIBA usou a oportunidade aberta pelo POS para criticar, publicamente, a falta da capacidade estadual na fiscalização das leis estaduais ambientais. A AIBA declarou que 3.000 pedidos de supressão de vegetação (desmatamento) e adverbação da RL estavam engavetados em Salvador. Na leitura da AIBA, a falta de capacidade para fiscalização e adequação pelos órgãos estaduais “punha em risco a viabilidade de um dos maiores pólos agrícolas do Brasil” (AIBA, 2009c). As licenças demoravam meses ou anos para serem liberadas. Os fazendeiros, inconformados com a demora, mandaram desmatar sem autorização do estado. O vice-presidente da AIBA, Sérgio Pitt (2009), criticou o “passivo burocrático ambiental” como criação de um estado incompetente, e não o “passivo ambiental” criado pelos agricultores, para descrever a confusão burocrático e ambiental no Oeste.

Depois do lançamento do POS, as elites iniciaram outros programas com o mesmo objetivo e discurso, a exemplo do programa Luis Eduardo Magalhães 100% Legal, a objetivarem, através de parcerias com o estado, associações de empresas e ONGs, adequar as propriedades agrícolas às leis estaduais. O município quer liderar no agronegócio e na proteção do meio ambiente, deixando terras para plantar e terras para conservar. A propaganda do programa, publicada no Anuário 2012/13, mostra um campo de soja com o texto “algumas riquezas a gente produz” sobre uma imagem aérea de uma vereda e Cerrado; “outras, a gente conserva” representando a “sustentabilidade” com as lavouras longe dos rios e veredas, mostrando o símbolo do município de Luis Eduardo Magalhães (AIBA, 2013, p. 66).

No Eagle Ford shale, as elites obedecem discursos nacionais: que fracking só traz benefícios, que é limpo e que se baseia na ciência. Quem estiver contra teria que ser ignorante, radical ou “cabeça-dura”. Por exemplo, o artigo “Going Green” (DUPPER, 2014b) traz o argumento de que fracking é “verde”, posto as emissões pela combustão de gás serem mais baixas do que as do carvão mineral, usa menos água do que as usinas nucleares, não mata passáros como as turbinas eólicas e, para concluir, nunca contaminou a água subterrânea.

Também, o artigo “Taking the bad with the good” (McGRATH, 2014) indica que o “good” do fraturamento hidráulico se relaciona à geração de emprego e inclusão, associando a questão ambiental à esquerda política. O autor admite que o “bad”, leia-se contaminação, pode ocorrer, mas há possibilidade de previsão da mesma com o emprego de boas técnicas no local do poço, diferenciando-se, assim, do discurso nacional de que a tecnologia é 100% segura. A mensagem também é texana, já que a flor estadual (blue bonnet) domina o cenário onde o artigo aparece. Fotos como a Figura 7, do equipamento em uma paisagem pastoral, são utilizadas com frequência nas revistas.

Há também preocupação com o uso da água no Texas, um assunto importante devido a seca que ainda afeta a região, e pelo fato do Eagle Ford se situar em clima semi-árido. Um artigo, remete aos cuidados que a indústria tem com a água, se utilizando de uma imagem científica, como se estivesse num laboratório químico, a enfatizar que o fracking é orientado pela ciência (BLACKMON, 2013). O autor destaca que a escassez da água incentiva o setor privado a desenvolver soluções menos consumidoras de água. Esta inovação é entendida como essencial na reversão da percepção pública negativa.

No mesmo sentido dos discursos anteriores, no artigo “Frack you from Hollywood” (DUPPER, 2014a), trabalha no sentido de reverter frase em que “frack” (uma maneira de dizer fraturamento hidráulico) é usado como um verbo com conotação negativa, tentando provar que os críticos de Hollywood, ao realizarem filmes críticos do fracking, são apenas atores que, localizados distante da região, conhecem pouco a atividade.





Figura 7 - Infraestrutura para a perfuração de poço no Eagle Ford.

Vale a pena considerar o discurso do lobby nacional, especificamente do American Petroleum Institute (2014), que afirma ser devido ao fracking que os EUA ocupa a liderança mundial na produção de petróleo e gás natural, garantindo “mais dinheiro no seu bolso”, emprego no País, mais impostos recolhidos pelo governo, menos déficit no cambio internacional, mais investimento e maior produto bruto interno. Para este grupo, fracking é um assunto nacional tanto por ser uma atividade localizada em vários estados como por influenciar no preço do combustível.

## O RECURSO COMO ESPETÁCULO

Outra estratégia das elites de ambas as regiões é converter o recurso e o desenvolvimento em espetáculo. No Oeste Baiano, esta estratégia se realizou nos discursos da região como centro e polo do agronegócio, consubstanciando-se na criação do Bahia Farm Show como o espaço a mostrar o sucesso da AIBA e como “vitrine” para a agricultura e o desenvolvimento da região Oeste.

A AIBA procura quantificar a riqueza ambiental representando tanto a região como acessível quanto a logística e a terra para cultivar. A região é uma “fronteira agrícola consolidada” que tem 2 milhões de hectares abertos para soja, milho e algodão, e “restariam 3,4 milhões ... mantendo intocada” as RL e APP (AIBA, 2013, p. 58). É “terra de bravos”, local de “investimentos arrojados” (AIBA, 2008, p. 4). O recurso é a abundância, aparentemente, de terras para atividades agrícolas além das condições naturais para sustentar a produção. É um polo agrícola, já que a condição de “nova fronteira agrícola...deu lugar a uma realidade testada” que “se destaca entre os principais produtores de commodities agrícolas no País” (AIBA, 2013, p. 58) e cujo futuro é promissor, graças às ações da AIBA no passado e no futuro.

A AIBA também sustenta que, como uma organização, ela é o meio para ter acesso às possibilidades e a protagonista no desenvolvimento local. A AIBA seria um “time organizado,” tanto no texto quanto na imagem. Neste caso, mostra sua equipe tomando café com o governador da Bahia, Jaques Wagner, rodeado por Oziel de Oliveira (primeiro prefeito do município Luis Eduardo, após emancipar-se de Barreiras), Humberto Santa Cruz (presidente da AIBA por quase 20 anos e dono de uma fazenda de café, frutas e gado, e sucessor de Oziel na prefeitura) e Sérgio Pitt, sucessor de Santa Cruz na AIBA e dono de uma grande fazenda de café (AIBA, 2008, p. 35). A AIBA representa o Oeste como uma fronteira ou oportunidade, também com “matriz produtiva diversificada” que “se impõe no cenário brasileiro como grande e eficiente fronteira agrícola” (AIBA, 2008, p. 4) Para mostrar evidências do “time organizado” (AIBA, 2014, p. 54), a AIBA coloca o seu nome no

mapa mostrando o trajeto da ferrovia planejada, em construção, e que representaria sua influência política (Figura 8).



Figura 8 - Outdoor no Bahia Farm Show, mostrando o papel da AIBA na obra de infraestrutura ferroviária.

O Bahia Farm Show é o melhor exemplo, já que é representado como show, espetáculo e lugar para apreciar “o vigor regional na vitrine” (AIBA, 2012, p. 54). Trata-se de espaço temático de desenvolvimento a evidenciar relações de poder, elementos culturais compatíveis com a política, resolução da contradição entre a expansão agrícola e a legislação ambiental, e a apresentação de relações socio-tecnológicas como um dado “normal”. A AIBA usa o Farm Show para mostrar seu protagonismo no desenvolvimento, o estabelecimento de relações políticas com os líderes do estado e como enquadra a agricultura em uma concepção específica do “passivo ambiental,” sustentando que a legalização é essencial para o crescimento futuro da agricultura no Oeste. Emfim, o Bahia Farm Show oferece um exemplo de como as elites constroem um território para resolver a contradição entre a rápida expansão agrícola e a legislação ambiental brasileira e baiana, despertando assim muito orgulho local, perceptível no bolo preparado por um hotel que hospeda participantes (Fig. 9) (BRANNSTROM e BRANDÃO, 2012).

Evento anual sediado em Luis Eduardo Magalhães, desde 2004, o Farm Show cria um argumento para sustentar a agricultura capitalizada e intensiva, bem como suas relações sócio-tecnológicas. Assim a apresenta como a tábua de salvação da região e do País, e, além disso, uma atividade moralmente superior às outras. Não à toa, na cerimônia de abertura de 2009, o governador Jaques Wagner elogiou os agricultores que “desbravaram uma região que é celeiro.” No mesmo evento, o Secretário da Agricultura do governo Wagner proclamou que “o Oeste Baiano não pode ser chamado ‘fronteira de desenvolvimento’ — é o desenvolvimento!”. Walter Horita, o presidente da AIBA na época, argumentou no palco que o agribusiness explicava o bom desempenho marcoeconômico durante a recessão global e sugeriu que as críticas ambientais e trabalhistas à agricultura poderiam deteriorar as condições econômicas dos milhões de brasileiros beneficiados pela estabilidade econômica. O prefeito de Luis Eduardo Magalhães e fundador da AIBA, Humberto Santa Cruz, proclamou que “o Bahia Farm Show é como o Carnaval em Salvador, mas aqui a gente não brinca.” Depois de muito aplauso, completou: “Aqui se faz negócios” (BRANNSTROM e BRANDÃO, 2012).







Figura 9 - Bolo preparado para café da manhã por um hotel em Luis Eduardo Magalhães comemorando o Bahia Farm Show.

No caso do xisto de Eagle Ford, o espetáculo do recurso mostra a possibilidade de fracking converter os EUA em um país auto-suficiente em petróleo, com possibilidade de ser o primeiro produtor global até 2020, ultrapassando a Arábia Saudita. A revista usa a bandeira norte-americana para significar que explorar o Eagle Ford é um ato patriótico, capaz de mudar o discurso nacional contrário a esta indústria (STRALOW, 2013a).

Outros artigos indicam a “abundância” do recurso no Texas, abençoado como nenhum outro lugar. O Eagle Ford seria especial e cuja cultura únicas o qualifica como o melhor lugar para explorar os hidrocarbonos. Explorar o petróleo no meio-oeste dos EUA é mais complicado do que no Texas, onde o petróleo e o gás são “como uma parte natural da vida”, associado à topografia, à rede rodoviária e à “cultura texana” que aceita a indústria de petróleo e gás natural (STRALOW, 2013b). Também destaca o impacto econômico na economia estadual, geração de empregos diretos e indiretos, centralizados em Houston, o centro global da indústria (TUNSTALL, 2014).

## O SOCIAL COMO SUSTENTÁVEL

Em ambas as regiões, a representação do social como parte da sustentabilidade é perceptível nas publicações. A AIBA destaca a criação de FUNDESI (Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia), com a parceria do Banco do Nordeste, financiada, desde 2006, por contribuições voluntárias originárias dos financiamentos para custeio e investimento do BNB. Por meio de edital, o Fundo apoia obras pequenas e compra de equipamentos para melhoramento da estrutura física de entidades que cuidam de idosos, crianças de rua, e creches, dentre outros. Evoluiu ainda para ajudar entidades a trabalharem com a capacitação profissional.

Porém, as imagens utilizadas pela AIBA em seu Anuário estabelecem apenas a criança como objeto desta política de sustentabilidade. Destaca também o apoio dos produtores rurais do Oeste ao “desenvolvimento social”, além do econômico, procurando a “inclusão de mais pessoas da região [Oeste] no amplo desenvolvimento.” Em 2014 relata investimento de R\$2,5 milhões em 63 projetos de 38 entidades em 10 municípios (AIBA, 2014, p. 86).

No caso do Eagle Ford, a revista publica artigos sobre assuntos diferenciados do discurso nacional. Fala da crise habitacional: a falta de casas e apartamentos. Alguns artigos admitem o alto

custo da moradia e a profilação de “man camps”, repletos de trabalhadores a residirem em casas semi-permanentes, os “trailers”. Por exemplo, a Figura 10 mostra um “man camp”, ou acampamento masculino, destinado ao alojamento temporário dos trabalhadores, na maioria homens sem família. Segundo artigo na revista, o trabalhador é o “nosso recurso mais precioso”. A questão de como protegê-lo não se refere à proteção no local de trabalho, na prevenção de acidentes de trabalho, porém quando o mesmo é mal-tratado pelos planos de saúde (STRALOW, 2014). Outros artigos colocam a questão do síndrome de “boom towns,” discutindo os problemas que as cidades pequenas enfrentam quando de repente se convertem em produtoras de petróleo e gás natural (SCOGIN, 2013b; DOMINGUEZ, 2013). Finalmente, trata-se a questão das mulheres dos trabalhadores, que frequentemente moram sozinhas e enquanto o marido trabalha no Eagle Ford (longe da família) (SCOGIN, 2013a).



Figura 10 - “Man camp” ou “acampamento masculino” no Eagle Ford de Texas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, baseado em pesquisa de campo nas regiões analisadas, discute textos produzidos em revistas com forte distribuição, mostrando como os discursos do “prestígio regional” têm um marcante conteúdo “local” ou “regional.” Como o discurso das elites nacionais não é reproduzido nestas regiões, as elites regionais e locais necessitam implementar arcabouço discursivo para sustentar a transformação de um recurso natural, no passado recente não tido como recurso rentável à exploração. A necessidade das elites produzirem imagens e textos associados ao recurso se justificam nas demandas da sustentabilidade, utilizando para tanto os meios de comunicação na representação de certas configurações da natureza e das pessoas.

A geografia comparativa internacional mostra as posturas semelhantes e divergentes das elites no concernente ao uso da sustentabilidade como discurso no contexto do desenvolvimento local ou regional, no uso do recurso como espetáculo e na utilização do social como metáfora da sustentabilidade. A comparação mostra como é importante entender os processos de desenvolvimento a partir das ações das elites que produzem discursos, sem perder de vista a possibilidade de entender o papel de outros atores sociais na contestação dos discursos das elites nos processos de desenvolvimento.

O conceito do “prestígio regional” ajuda a compreender como as elites se utilizam do espetáculo, das imagens e de outros discursos para construir argumentos a favor do uso dos recursos naturais, a sustentarem seu poder econômico e político. Em ambos os casos estudados, as elites procuram traduzir os discursos nacionais em forma regional, encontrando novas soluções discursivas relacionadas à sustentabilidade e no intuito de manter a exploração não sustentável dos recursos naturais.

## AGRADECIMENTOS





Pelo convite de participação, em Fortaleza (setembro de 2014), no evento comemorativo do décimo aniversário do curso de Pós-graduação em Geografia, realizado pelos professores Christian Dennys Monteiro de Oliveira, Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, bem como pelas bolsas de pesquisa da National Science Foundation (bolsas no. 1262526 e 0647249) e meus colaboradores, Matt Fry, no Texas, e Paulo Baquero Brandão, na Bahia.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2007/8. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2008. 50p.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2008/9. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2009a. 50p.
- AIBA. **Passivo ambiental**: Oeste da Bahia mais perto da regularização, InformAIBA, Barreiras, setembro, 2009b, 3.
- AIBA. **Oeste Sustentável formaliza acordo com Instituto do Meio Ambiente (IMA)**, InformAIBA, Barreiras, novembro, 2009c, 3.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2009/10. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010. 58p.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2010/11. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Sta. Cruz, 2011. 58p.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2011/12. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2012. 58p.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2012/13. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2013. 66p.
- AIBA. **Anuário da Região Oeste da Bahia**: Safra 2013/14. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014a. 112p.
- AIBA. **Governo assina decreto que regulamenta a gestão das florestas da Bahia**, AIBA Noticias, Barreiras, junho 2014b.
- AMERICAN PETROLEUM INSTITUTE – API. **America’s energy revolution**: How “fracking” has transformed the U.S. into an energy superpower, [www.api.org](http://www.api.org), 2014.
- ANDREWS, E., McCARTHY, J. Scale, shale, and the state: Political ecologies and legal geographies of shale gas development in Pennsylvania. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 4, pp. 7-16, 2014.
- BATISTELLA, M., G. S. VALLADARES. Farming Expansion and Land Degradation in Western Bahia, Brazil. **Biota Neotropical** v.9, n.3, 2009.
- BLACKMON, D. How the oil & gas industry is addressing Texas water issues, **Eagle Ford Shale Magazine**, v.1, n. 5, p.12-13, 2013.
- BRANDÃO, P. R. B. Um Território Indiferenciado dos Sertões: A Geografia Pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia** v.29, n.1, p.47-56, 2009.
- BRANDÃO, P. R. B. A Formação Territorial do Oeste Baiano: A Constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos** v.6, n.1, p. 35-50, 2010.
- BRANNSTROM, C. Environmental policy reform on north-eastern Brazil’s agricultural frontier. **Geoforum** v.36, n.2, p. 257-71, 2005.
- BRANNSTROM, C. South America’s Neoliberal Agricultural Frontiers: Places of Environmental Sacrifice or Conservation Opportunity? **Ambio** v.38, n.3, p.141-9, 2009.
- BRANNSTROM, C. A Q-method analysis of environmental governance discourses in Brazil’s northeastern soy frontier. **Professional Geographer** v.64, n.3, p.531-49, 2011.
- BRANNSTROM, C., P. R. B. BRANDÃO. Two hundred hectares of good business: Brazilian agriculture in a themed space. **Geographical Review** v.102, n.4, p.465-85, 2012.
- BRANNSTROM, C., L. RAUSCH, C. BROWN, MARSON, R., MICCOLIS, A. Compliance and market



- exclusion in Brazilian agriculture: Analysis and implications for “soft” governance. **Land Use Policy** v.29, p.357-66, 2012.
- BRIDGE, G., PERREAULT, T. Environmental governance. In: Castree, N., Demeritt, D., Liverman, D., Rhoads, B. (orgs.), **A Companion to Environmental Geography**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009, pp. 475-497.
- CHASE, J. Regional Prestige: Cooperatives and Agroindustrial Identity in Southwest Goiás, Brazil. **Agriculture and Human Values** v.20, p.37-51, 2003.
- COSGROVE, D., S. DANIELS (orgs). **The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- DAVIS, C. Substate federalism and fracking policies: Does state regulatory authority trump local and land use autonomy? **Environmental Science and Technology** v.48, p. 8397-8403, 2014.
- DOMINGUEZ, R. Housing squeeze, **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 1, n. 4, p. 52-3, 2013.
- DUPPER, A. Hurray for Hollywood: Frack You from Hollywood. **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 2, n. 2, p. 42-3, 2014a.
- DUPPER, A. Going Green: The Virtues of Fracking, **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 2, n. 3, p. 62-3, 2014b.
- ENERGY INFORMATION AGENCY - EIA. **Drilling Productivity Report**, janeiro de 2015.
- FRY, M. Urban gas drilling and distance ordinances in the Texas Barnett Shale. **Energy Policy** v.62, p. 79-89, 2013.
- HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: A Rede “Gaúcha” No Nordeste**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- HEALY, J. **Heavyweight response to local fracking bans**, New York Times 3 de janeiro de 2015, [http://www.nytimes.com/2015/01/04/us/heavyweight-response-to-local-fracking-bans.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/01/04/us/heavyweight-response-to-local-fracking-bans.html?_r=0).
- LEMONS, M.C., AGRAWAL, A. Environmental governance and political science. In: Delmas, M.A., Young, O.R. (orgs.), **Governance for the Environment: New Perspectives**. Cambridge University Press, Cambridge, 2009, pp. 69-97.
- MACEY, G. P., R. Breech, M. Chernaik, C. Cox, D. Larson, D. Thomas, D. O. Carpenter. Air concentrations of volatile compounds near oil and gas production: A community-based exploratory study. **Environmental Health**, v. 13, p. 82.
- MALEWITZ, J. In the heart of Eagle Ford, Karnes City peers beyond boom, Texas Tribune, 7 de novembro de 2014, <http://www.texastribune.org/tribpedia/eagle-ford-shale/>
- McGRATH, T. Taking the bad with the good, **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 2, n. 2, p. 22-23, 2014.
- MENKE, A. B., O. A. Carvalho Junior, R. A. T. Gomes, E. S. Martins, S. N. Oliveira. Análise das Mudanças do Uso Agrícola da Terra a partir de Dados de Sensoriamento Remoto Multitemporal no Município de Luis Eduardo Magalhães (Bahia - Brazil). **Sociedade & Natureza**, v.21, n.3, p.315-26, 2009.
- PITT, S. A COP 15, o cerrado da Bahia e os destinos da humanidade, **InformAIBA**, Barreiras, dezembro de 2009, p.2
- SANO, E. E., R. Rosa, J. L. S. Brito, L. G. Ferreira. Land cover mapping of the tropical savanna region in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment** v.166, p.113-24, 2010.
- SATIJA, N. Drilling brings rise in health complaints, **Texas Tribune**, 2014 <http://www.texastribune.org/tribpedia/eagle-ford-shale/>
- SCOGIN, N. L. Oil field wives, **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 1, n. 3, p.43, 2013a.
- SCOGIN, N. L. Boomtown syndrome, **Eagle Ford Shale Magazine**, v. 1, n. 4, p.14-15, 2013b.
- SPAROVEK, G., G. Berndes, A. G. O. P. Barretto, I. L. F. Klug. The revision of the Brazilian Forest Act: Increased deforestation or a historic step towards balancing agricultural development and nature conservation. **Environmental Science and Policy** v.16, p.65-72, 2012.
- STRALOW, K. U.S. oil self-sufficiency: The ah-ha moment. **Eagle Ford Shale Magazine** v. 1, n. 4, p. 11. 2013a.
- STRALOW, K. The best place for an oil boom. **Eagle Ford Shale Magazine** v. 1, n. 5, p. 11, 2013b.
- STRALOW, K. The Buzbee law firm: Championing the oilfield worker. **Eagle Ford Shale Magazine** v. 2,



n. 4, p.12-13, 2014.

TUNSTALL, T. The multiplier effect in Texas. Eagle Ford Shale Magazine v. 2, n. 3, p. 50-1, 2014.

WEATHER CHANNEL. 2014. **Fracking the Eagle Ford Shale**: Big Oil and Bad Air on the Texas Prairie, <http://stories.weather.com/fracking>

WELCH, T. Backyard drilling: Local regulation of gas drilling in the Barnett Shale of north central Texas, In: E. L. Powers, B. E. Kinne (orgs.) **Beyond the Fracking Wars**: A Guide for Lawyers, Public Officials, Planners, and Citizens. Chicago: American Bar Association, 2013, pp. 225-244.

WILSON, S. Reckless Endangerment While Fracking the Eagle Ford: Government Fails, Public Health Suffers and Industry Profits from the Shale Boom. Washington, D.C.: Earthworks, pp 47, 2013.

Trabalho enviado em março de 2015

Trabalho aceito em abril de 2015

